



INFORMATIVO

DEZEMBRO | 2025

podemos

CÂMARA



PÁG. 4

**ARTIGO - AGORA É HORA DE CORRIGIR
A ROTA DA NOSSA EDUCAÇÃO**

PÁG. 6

**Haully comemora aprovação de regras mais duras
para punir devedores contumazes**

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Rodrigo Gambale (SP)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Bruno Valente

Coordenador de Comunicação:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Pedro Arnaldo Ribeiro e Suellen Mahmoud Ali


Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:

Brunna Moraes, Camila Aiube, Camile Tolentino, Carolina Frederico, Carol Bracho, Elloá Urbano, Emanuelle Lamounier, Fabíola Salvador, Gabriel Cruz, Gabriel Tiveron, Gabriel Verly, George Pacífico, Hugo Sales, Iana Silvany, João Rafael, Lola Nicolás, Lucas Amparo, Philipe Zanchetta, Rafaella Panceri, Robert Alves, Artur Póvoa, Kayo Magalhães, Laércio Tomaz e Tikkho Maciel.

SUMÁRIO

- 4** ARTIGO - Agora é hora de corrigir a rota da nossa Educação
- 6** Haully comemora aprovação de regras mais duras para punir devedores contumazes
- 8** Dr. Victor Linhalis defende regulamentação de normas para o uso de bicicletas elétricas
- 10** Projeto de Romero Rodrigues que libera imóveis da Previdência para fins sociais é aprovado pelo Senado e segue para sanção presidencial
- 12** Dupla Vitória na Segurança Pública: PL das barricadas e valorização das guardas civis
- 14** Rodrigo Gambale quer transformar dados em proteção com o Programa Nacional de Prevenção à Violência contra a Mulher
- 16** Primeiro mandato: Fabio Macedo tem lei sancionada e matérias prontas para plenário
- 18** Pescadores da Bahia: vítimas de manobras fiscais disfarçadas de jabutis
- 20** Sérgio Santos Rodrigues propõe criação da Sociedade Anônima Desportiva para modernizar gestão do esporte brasileiro
- 22** Gilson Daniel apresenta projeto para regulamentar serviços de mobilidade urbana
- 24** Glaustin assegura avanço inédito: municípios terão ITBI garantido sobre hidrelétricas
- 26** Rafael Fera defende novo valor de faturamento bruto anual para empreendedores
- 28** Ganem quer rodovias com equipes de médicos-veterinários para animais atropelados
- 30** Ruy defende 1% do orçamento para assistência social e pede votação ao presidente da Câmara
- 32** Tiago Dimas comemora avanço na proposta que cria piso para profissionais de apoio à educação
- 34** ARTIGO: Dos hospitais ao poder, auxiliares e técnicos de enfermagem fazem história



**“Determinação, continuidade e foco no
estudante precisam substituir promessas
vazias e improvisos que atrasam o país”**

ARTIGO - RENATA ABREU | Presidente Nacional do Podemos e Deputada federal (SP)

AGORA É HORA DE CORRIGIR A ROTA DA NOSSA EDUCAÇÃO

Determinação, continuidade e foco no estudante precisam substituir promessas vazias e improvisos que atrasam o país.

Quando chegamos à Câmara, em 2015, levamos uma convicção que permanece: educação de qualidade é a decisão mais estratégica que um país pode tomar. Não é bandeira de ocasião; é escolher que sociedade queremos construir e quem formaremos para liderar o futuro.

Ao longo dos nossos três mandatos, essa visão virou projetos de lei, articulação e defesa permanente de uma educação mais humana, inclusiva e conectada com a vida real.

Agora, quando nos debruçamos no Congresso sobre o novo Plano Nacional de Educação (PNE), que guiará o país pelos próximos dez anos, vemos que essa agenda não está à margem: ela está no centro do debate. O PNE fala de formação integral, aprendizagem, valorização dos profissionais, combate à evasão, inclusão, infraestrutura e redução das desigualdades, pilares que sempre nortearam nosso trabalho.

Mas um plano só se torna transformador quando há execução. A Estônia é o melhor exemplo disso. Em maio, estivemos nesse país para conhecer uma revolução educacional que começou nos anos 1990, quando, mesmo em crise, decidiu colocar a educação como prioridade nacional. Em 1997, todas as escolas já tinham computadores e internet, não como modismo, mas como política estruturante.

Hoje, a Estônia lidera a educação na Europa no Pisa e é referência mundial. Seus alunos têm bom desempenho independentemente da renda porque o sistema é inclusivo e oferece apoio pedagógico, psicológico e social. Professores são valorizados, com formação elevada e autonomia real. As escolas têm liberdade para inovar, sempre alinhadas a diretrizes claras.

Mais que bons índices, a Estônia formou cidadãos preparados para um país digital e para um futuro em constante mudança.

O Brasil precisa dessa mentalidade: determinação e continuidade. Um plano não muda nada sozinho. Falta ao país transformar metas em ação, garantir investimento adequado e tratar a educação como política de Estado, não como promessa que muda a cada governo.

O novo PNE é uma oportunidade histórica de corrigir a rota. Ele só fará diferença se vier acompanhado da coragem de executar e de cobrar resultados. Cada criança que abandona a escola e cada professor desvalorizado representam um país que falha com o próprio futuro.

A Estônia mostrou que sucesso educacional não depende de tamanho ou riqueza, mas de propósito claro e compromisso com a formação humana. O Brasil já tem diagnóstico e propostas. O que precisamos agora é agir.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA NOSSA PRESIDENTE

A deputada Renata Abreu falou no Plenário da Câmara sobre um ponto essencial da Reforma Tributária: a proteção do Terceiro Setor.

DEPUTADO HAULY COMEMORA APROVAÇÃO DE REGRAS MAIS DURAS PARA PUNIR DEVEDORES CONTUMAZES

“É uma grande vitória para o Brasil a aprovação do projeto do devedor Contumaz, é um passo importante para combater a sonegação e garantir que todos cumpram suas obrigações tributárias. Isso certamente ajudará a criar um ambiente mais justo para os bons contribuintes e fortalecerá a economia do país. A colaboração entre o Podemos Nacional e as bancadas da Câmara e do Senado mostra um compromisso com a justiça fiscal. Esperamos que essa lei traga mudanças significativas e que o país avance em direção a um sistema tributário mais eficiente e transparente. Aliás, essa é uma das minhas lutas antigas”. Foram com essas palavras que o deputado federal Luiz Carlos Hauly (PR) comemorou a aprovação do Projeto de Lei Complementar 125/2022.

Hauly lembrou que, “em setembro, o Senado Federal aprovou o Código de Defesa dos Contribuintes, por unanimidade. O Código endurece regras para o devedor que tem dívidas de no mínimo R\$ 15 milhões e que usa a inadimplência como estratégia de negócio, no caso, procurando levar vantagem em tudo. Certamente temos muitos exemplos desses devedores profissionais. Mesmo assim, chama a nossa atenção o caso emblemático da empresa de petróleo que deve R\$26 bilhões e segue impune. Isso é injustiça com o povo brasileiro. Chega de privilégios! É hora de responsabilizar quem deve e não paga”.

Para Hauly, é importante esclarecer que “o devedor

(contumaz) é aquele que deve muitos tributos em razão de um comportamento repetido em relação ao Fisco. Mesmo assim, será aberto um processo administrativo para que o contribuinte possa se defender. Para definir os critérios, o projeto cria parâmetros para a dívida grande, considerada substancial. Esse esclarecimento é importante porque o projeto aprovado garante essa possibilidade de defesa do devedor”.


Como economista e duas vezes Secretário da Fazenda do Paraná, Hauly explica que a nova regra combate de frente a concorrência desleal ao estabelecer critérios precisos para segregar a inadimplência eventual daquela que é sistemática e fraudulenta. “É evidente que quem não paga os tributos devidos acaba praticando concorrência desleal na medida em que conquista uma vantagem competitiva de forma ilícita e fraudulenta”, observou. Ele reforça esse argumento ao citar levantamento do cálculo do Instituto Combustível Legal (ICL) o qual aponta que a dívida acumulada por devedores contumazes no setor de combustíveis supera R\$ 174 bilhões, valor superior aos R\$ 139 bilhões que União, estados e municípios investiram em segurança pública em 2024.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

A Câmara aprovou o texto-base da 2ª fase da regulamentação da reforma tributária.

A photograph of a middle-aged man with thinning grey hair and glasses, wearing a dark grey suit, a light blue shirt, and a blue patterned tie. He is standing at a podium, speaking into a black microphone. His hands are clasped in front of him. The background is dark and out of focus.

“É uma grande vitória para o Brasil a aprovação do projeto do devedor Contumaz, é um passo importante para combater a sonegação e garantir que todos cumpram suas obrigações tributárias”



“Estamos trabalhando para acompanhar essa nova realidade e garantir que o avanço tecnológico venha acompanhado de responsabilidade”

DR. VICTOR LINHALIS DEFENDE REGULAMENTAÇÃO DE NORMAS PARA O USO DE BICICLETAS ELÉTRICAS

O deputado federal Dr. Victor Linhalis (ES) apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4920/2025, para criar regras específicas para a utilização de bicicletas elétricas. A proposta busca organizar o trânsito, garantir segurança aos usuários e definir critérios claros para a circulação desses veículos, que têm ganhado cada vez mais espaço nas vias urbanas.

De acordo com o parlamentar, a iniciativa atende a uma demanda crescente da população. “As bicicletas elétricas já fazem parte da rotina de muitos moradores. Precisamos de uma legislação moderna que ofereça segurança tanto para quem utiliza quanto para pedestres e motoristas”, afirmou Dr. Victor Linhalis.

A medida define o que se enquadra como bicicleta elétrica, estabelece o uso obrigatório de equipamentos de segurança, regras de circulação em ciclovias e vias públicas, além de limites de velocidade e normas para estacionamento.

Ainda segundo o parlamentar, a proposta contribui para uma mobilidade urbana mais sustentável. “Estamos trabalhando para acompanhar essa nova realidade e garantir que o avanço tecnológico venha acompanhado de responsabilidade”, destacou.

O PL 4920/2025 seguirá para análise das comissões da Câmara antes de ser colocado em votação.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Em 2025, o deputado Dr. Victor Linhalis apresentou uma proposta para criar regras específicas para o uso de bicicletas elétricas no Brasil.

PROJETO DE ROMERO RODRIGUES QUE LIBERA IMÓVEIS DA PREVIDÊNCIA PARA FINS SOCIAIS É APROVADO PELO SENADO E SEGUE PARA SANÇÃO PRESIDENCIAL

O Plenário do Senado Federal aprovou, pouco antes do início do recesso parlamentar, o Projeto de Lei 3758/2024, de iniciativa do deputado federal Romero Rodrigues (PB), que amplia as possibilidades de destinação de imóveis vinculados ao Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS) para fins sociais, sem ônus para estados, municípios e o Distrito Federal. A proposta agora segue para sanção pelo Presidente da República.

A medida representa um avanço concreto na otimização do patrimônio público. Pelo novo texto, imóveis considerados inviáveis para venda pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) poderão ser cedidos diretamente às unidades federativas e entes subnacionais para utilização em políticas públicas prioritárias, como saúde, educação, assistência social, cultura, habitação e inclusão socioambiental, sem a necessidade de compensação financeira à União.

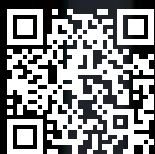
Com isso, abre-se caminho para que mais de 1.200 imóveis hoje ociosos ou subutilizados passem a atender

às necessidades reais da população brasileira. Os imóveis poderão ser utilizados para construção ou instalação de centros de saúde e escolas a programas de moradia de interesse social e infraestrutura comunitária.

“Esta é uma vitória importante para o Brasil. Estamos transformando um passivo em oportunidade, colocando recursos públicos, hoje ociosos, a serviço das pessoas. Municípios e estados poderão usar esses imóveis para melhorar a vida de suas comunidades, sem custos adicionais ao erário federal”, destaca Romero Rodrigues, autor da proposta.

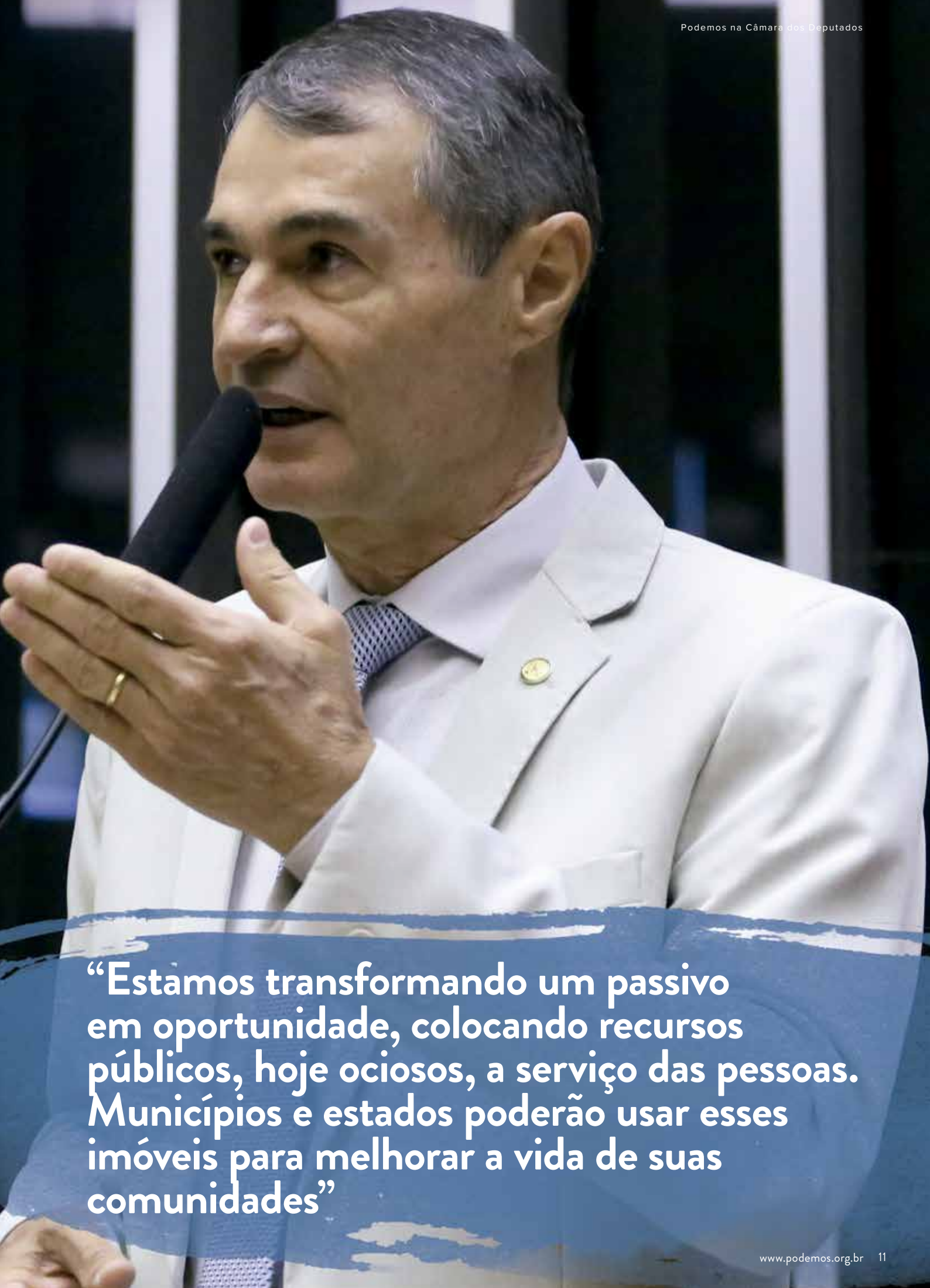
A aprovação do projeto reflete o compromisso do deputado Romero Rodrigues com soluções legislativas que ampliem o impacto social das políticas públicas e otimizem ativos do Estado em benefício da população.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.




CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Romero Rodrigues defendeu adaptações para estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em provas e exames, garantindo condições mais justas de aprendizagem.



“Estamos transformando um passivo em oportunidade, colocando recursos públicos, hoje ociosos, a serviço das pessoas. Municípios e estados poderão usar esses imóveis para melhorar a vida de suas comunidades”



“Duas importantes vitórias legislativas que reforçam o compromisso do Podemos com a segurança pública e a valorização dos profissionais da área”

DUPLA VITÓRIA NA SEGURANÇA PÚBLICA: PL DAS BARRICADAS E VALORIZAÇÃO DAS GUARDAS CIVIS

O deputado federal Sargento Portugal (RJ) consolida sua atuação no Congresso Nacional com duas importantes vitórias legislativas que reforçam o compromisso do Podemos com a segurança pública e a valorização dos profissionais da área. Policial militar de carreira, o parlamentar utiliza a força de sua voz para promover mudanças estruturais no combate ao crime e no apoio às forças de segurança.

1. Ação contra o Crime Organizado: Criminalização das Barricadas (PL 3191/2024)

Em um passo decisivo contra o crime organizado, o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 3191/2024, de autoria do Sargento Portugal. A proposta visa a criminalização da instalação de barricadas, tática de guerra urbana utilizada por facções para obstruir vias e impedir a ação policial.

O texto aprovado, que retorna à Câmara para análise final, insere o crime de obstrução de via no Código Penal, estabelecendo a pena de reclusão de 3 a 5 anos e multa. A medida é abrangente e eficaz:

- **Alcance Ampliado:** A criminalização foi estendida para vias privadas internas ou de acesso a comunidades e condomínios, locais onde a prática criminosa é recorrente.

- **Foco no Crime:** O crime é caracterizado pela obstrução de via mediante barricada ou obstáculo, quando realizado para fins de cometimento ou ocultação de crime, e também a quem impede ou dificulta a atuação das forças de segurança.

- **Garantia Constitucional:** O projeto ressalva expressamente que a lei não se aplica a manifestações

políticas e sociais, protegendo o direito constitucional de manifestação.

2. Valorização Profissional: Estatuto Geral das Guardas Civis Patrimoniais (PL 502/2024)

Seguindo na mesma direção, o Sargento Portugal obteve um avanço crucial na valorização dos profissionais de segurança com a aprovação do parecer do PL 502/2024 na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

O projeto institui o Estatuto Geral das Guardas Civis Patrimoniais, estabelecendo normas claras para sua criação, estruturação e funcionamento. Após amplo diálogo com a categoria, o texto consolida princípios de atuação, regulamenta competências, garante capacitação adequada e reforça prerrogativas como o porte de arma conforme a lei.

Com a aprovação na CCJC, o PL entra agora apenas no prazo de recurso, etapa final antes de seguir ao Senado Federal. Trata-se de uma vitória construída com responsabilidade e diálogo, que confere identidade institucional a uma categoria essencial para a proteção do patrimônio público e o apoio à segurança da população.

O trabalho do deputado Sargento Portugal demonstra o compromisso do Podemos em atuar em duas frentes essenciais: o fortalecimento do aparato legal para combater o crime organizado e o reconhecimento e valorização dos servidores que dedicam suas vidas à segurança do cidadão.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Sargento Portugal propõe criminalizar as barricadas para devolver segurança a quem vive com medo.

RODRIGO GAMBALE QUER TRANSFORMAR DADOS EM PROTEÇÃO COM O PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O deputado Rodrigo Gambale (SP) deu mais um passo importante na defesa da segurança e do acolhimento às mulheres com a apresentação do Projeto de Lei 3655/2025, que institui o Programa Nacional de Prevenção à Violência contra a Mulher (PNVCM).

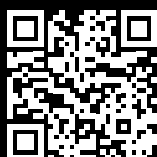
O projeto nasce com o objetivo de fortalecer informações e mecanismos que permitam identificar, monitorar e prevenir casos de violência doméstica e familiar em todo o Brasil. A proposta visa construir um programa robusto que reúna dados e histórico de situações de violência, ampliando o acesso a essas informações de forma técnica e criteriosa. Isso permitirá que políticas públicas e ações de proteção sejam realizadas com mais eficiência e precisão, impactando diretamente a vida de mulheres em situação de risco.

A medida está atualmente em tramitação e passou por designações nas comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Defesa dos Direitos da Mulher e Constituição e Justiça e de Cidadania, em que segue para pareceres e debates.

Gambale destaca que a violência contra a mulher ainda é um dos problemas mais graves no Brasil, com milhões de mulheres afetadas todos os anos. O PNVCM surge como uma ferramenta essencial para transformar dados em ações concretas de prevenção, oferecendo suporte mais qualificado às vítimas que muitas vezes lutam para ter acesso a informações seguras.


O projeto integra uma agenda de políticas públicas que visam não apenas punir agressores, mas também entender e interromper o ciclo de violência antes que ele se agrave. Com isso, reforça o compromisso do parlamentar com a promoção de uma sociedade mais segura, justa e igualitária. “Prevenir a violência contra a mulher é garantir que o Estado esteja um passo à frente do agressor, protegendo vidas com informação e ação coordenada”, disse Rodrigo Gambale.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO NOSSO LÍDER

O líder do Podemos na Câmara, Rodrigo Gambale, foi homenageado como Personalidade do Ano da Saúde Suplementar, destacando a importância de um setor que hoje atende mais de 53 milhões de brasileiros e fortalece o SUS.

A man with dark hair, wearing a blue pinstripe suit, a white shirt, and a dark tie, is speaking into a black microphone. He is looking slightly to the left of the camera. The background is dark and out of focus.

“Prevenir a violência contra a mulher é garantir que o Estado esteja um passo à frente do agressor, protegendo vidas com informação e ação coordenada”



“É preciso fortalecer constantemente a cultura de paz e um dos caminhos, é a expansão dos espaços comunitários destinados ao lazer, à socialização, aos esportes e à cultura”

PRIMEIRO MANDATO: FABIO MACEDO TEM LEI SANCIONADA E MATÉRIAS PRONTAS PARA PLENÁRIO

Sabe o que significa um projeto de lei estar pronto para pauta no plenário da Câmara dos Deputados? Quer dizer que a proposta foi aprovada pelas comissões temáticas a qual foi designada e seguiu para votação no plenário da Casa.

E nestes três anos do primeiro mandato, o deputado Fabio Macedo (MA) já emplacou projetos que se tornaram lei além de avançar propostas que estão prontas para serem votadas no plenário da Câmara.

Uma delas, o Projeto de Lei 1291/2023, qualifica etarismo como crime de injúria. O projeto é a iniciativa concreta contra manifestações típicas de etarismo, idadeísmo ou ageísmo. Outra proposta do parlamentar que está pronta para ser incluída na pauta do plenário é o projeto de lei que institui o Programa de Segurança nas Escolas (PL 1739/2023).

Entre outras diretrizes, o texto define o padrão de comunicação de emergências escolares, incluindo planos de evacuação, até a instalação de detectores de metais nas instituições de ensino. O objetivo da matéria, segundo o deputado, é capacitar a comunidade escolar na resposta a emergências escolares. “É preciso fortalecer constantemente a cultura de paz e um dos caminhos, é a expansão dos espaços comunitários destinados ao lazer, à socialização, aos esportes e à cultura”, pontua.

Projeto voltado para a saúde da mulher é transformado em lei

Propostas do deputado Fabio Macedo relacionadas à saúde da mulher foram prioridade nestes três primeiros anos de mandato parlamentar, como por

exemplo, o PL 583/2023, transformado em lei! Trata-se da Lei Ordinária 14737/2023, que amplia o direito da mulher de ter acompanhante nos atendimentos realizados em serviços de saúde públicos e privados.

Outra matéria ligada à saúde da mulher é o PL 614/2024 — aguarda apreciação do Senado Federal —, que estabelece acesso prioritário ao tratamento clínico e cirúrgico para mulheres diagnosticadas com endometriose. A proposta prevê atendimento integral pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e inclui atendimento multidisciplinar conforme a gravidade da doença. “A demora no atendimento médico para mulheres diagnosticadas com endometriose pode agravar o sofrimento e o caso em si, por isso, a nossa proposição prevê definição de prazo regulamentar para realização de procedimento cirúrgico quando indicado”, explica o deputado.

Já o PL 1056/2023, que aguarda parecer da relatora Lídice da Mata, na Comissão de Educação, inclui a violência obstétrica como forma de violência doméstica e familiar na Lei Maria da Penha. Atualmente, a referida lei ainda não inclui, especificamente, a violência obstétrica. Por este motivo, Fábio Macedo propõe o debate para reconhecer e combater essa forma de violência contra as mulheres.

Todas as informações relacionadas ao rito de tramitação dos projetos de lei de autoria do parlamentar podem ser acessadas no site oficial fabiodiasmacedo.com.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Em 2025, a proposta do deputado Fabio Macedo avançou e consolidou o Programa de Segurança nas Escolas: comunicação eficaz em emergências, planos de evacuação bem definidos e até detectores de metais para evitar tragédias.

PESCADORES DA BAHIA: VÍTIMAS DE MANOBRAS FISCAIS DISFARÇADAS DE JABUTIS

A Bahia tem mais de 110 mil pescadores artesanais registrados, homens e mulheres que tiram seu sustento do mar, dos rios e dos mangues. São famílias inteiras que dependem do seguro-defeso para sobreviver durante o período de reprodução das espécies. Por isso, acompanhei com indignação a caducidade da Medida Provisória 1303, em outubro passado, que trazia mudanças profundas e preocupantes para essa categoria tão vulnerável.

A MP 1303/2025 começou como uma alternativa arrecadatória depois que o aumento do IOF foi questionado no Congresso. No entanto, em meio a dezenas de artigos sobre tributação de investimentos financeiros e compensações fiscais, o governo incluiu alterações na Lei 10.779/2003, que regulamenta o seguro-defeso. Entre as mudanças estava a transferência da emissão do registro de pescador artesanal do Ministério da Pesca para os municípios, o que poderia criar um caos administrativo e excluir milhares de trabalhadores do benefício.

Quando essa medida caducou em plenário, com 251 votos favoráveis à retirada de pauta, muitos comemoraram. Eu também respirei aliviado pelos pescadores. Mas a vitória durou pouco. O que vimos em seguida foi uma manobra que considero tão perigosa quanto a própria MP: o governo ressuscitou partes do texto como “jabutis”.

Em outubro, essas medidas reapareceram no Projeto de Lei 458/2021, que tratava de regularização patrimonial e atualização de bens no Imposto de Renda. Ali, de forma oculta, foram reinseridas regras sobre compensação tributária de PIS/Cofins, limitação de

benefícios previdenciários e, pasmem, novas exigências para o seguro-defeso dos pescadores, incluindo a necessidade de emissão da Carteira de Identidade Nacional e outras burocracias.

Essa prática de incluir “jabutis” em projetos de lei é uma violação ao processo legislativo transparente e democrático. É uma forma de aprovar medidas impopulares sem o devido debate público, sem audiências com as categorias afetadas, sem que a sociedade saiba o que está sendo votado. Para os pescadores da Bahia, isso significa viver sob constante ameaça de terem seus direitos cortados da noite para o dia, enterrados em projetos que nada têm a ver com suas vidas.

Como deputado federal pela Bahia, defendo que qualquer mudança nas regras do seguro-defeso seja discutida amplamente com as colônias de pescadores, com as comunidades tradicionais e com os movimentos sociais. Nossos pescadores não podem continuar sendo moeda de troca em negociações de ajuste fiscal. Eles já enfrentam a poluição dos mares, a pesca predatória industrial e a falta de estrutura.

Vou seguir vigilante e mobilizado na Câmara dos Deputados para impedir que “jabutis” prejudiquem quem vive da pesca artesanal. A transparência e o respeito às comunidades tradicionais não são negociáveis.


Pescadores da Bahia não podem ser moeda de troca em acordos fiscais. Direitos conquistados com luta não podem ser cortados por manobras legislativas.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Raimundo Costa garantiu o título de Capital Nacional do Cravo-da-Índia para o município de Valença.



“Nossos pescadores não podem continuar sendo moeda de troca em negociações de ajuste fiscal. Eles já enfrentam a poluição dos mares, a pesca predatória industrial e a falta de estrutura”



“O modelo societário revolucionou o futebol brasileiro. Agora, queremos levar essa ferramenta para todo o ecossistema esportivo”

SÉRGIO SANTOS RODRIGUES PROPÕE CRIAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA DESPORTIVA PARA MODERNIZAR GESTÃO DO ESPORTE BRASILEIRO

O deputado federal Sérgio Santos Rodrigues (MG) apresentou o Projeto de Lei 6.329/2025, que cria a Sociedade Anônima Desportiva (SAD), novo modelo jurídico para profissionalizar e ampliar a capacidade de gestão de clubes e entidades de todas as modalidades esportivas. A proposta estende para outros esportes o modelo das Sociedades Anônimas do Futebol (SAF), adotado com sucesso por diversos clubes desde 2021.

De acordo com o parlamentar, que liderou a transformação do Cruzeiro em SAF e conhece bem a outra realidade do esporte de alto rendimento ao integrar o Conselho de Administração do Comitê Olímpico do Brasil (COB), a iniciativa busca oferecer aos clubes uma estrutura moderna e transparente de administração, com regras claras de governança, separação patrimonial e maior possibilidade de captação de investimentos. “O modelo societário revolucionou o futebol brasileiro. Agora, queremos levar essa ferramenta para todo o ecossistema esportivo”, afirma Rodrigues.

O projeto respeita a liberdade de organização e o pluralismo institucional das entidades esportivas brasileiras. A criação da SAD apresenta-se como uma alternativa viável e, em muitos casos, potencialmente decisiva para clubes que enfrentam dificuldades estruturais ou que queiram captar recurso de forma mais segura no mercado.

A proposta dialoga com o novo cenário trazido pela Reforma Tributária, que tende a elevar a carga fiscal aplicado às tradicionais associações civis esportivas. “Precisamos oferecer um modelo capaz de garantir sustentabilidade e competitividade.

O Projeto de Lei 6.329/2025 aguarda despacho para as comissões responsáveis e início do processo legislativo na Câmara dos Deputados.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Com o trabalho do deputado Sergio Santos Rodrigues, teremos soluções inteligentes, modernização das políticas públicas e apoio quem está na ativa muito antes de qualquer Olimpíada começar.

GILSON DANIEL APRESENTA PROJETO PARA REGULAMENTAR SERVIÇOS DE MOBILIDADE URBANA

O deputado Gilson Daniel (ES), apresentou o Projeto de Lei nº 5903/2025 que regulamenta os serviços de compartilhamento de bicicletas, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade elétrica individual; e estabelece normas gerais de circulação, segurança e fiscalização.

O projeto apresenta-se como o Marco Nacional das Bicicletas Elétricas e dos Equipamentos de Mobilidade Elétrica Individual, com foco absoluto em segurança, responsabilidade e padronização técnica.

“Isso acontecerá sem criar burocracia excessiva, sem inviabilizar o modal e sem penalizar o usuário responsável — ao contrário, oferece proteção, previsibilidade e integração com políticas públicas já existentes”, afirmou o deputado.

Segundo dados divulgados pela revista Veja, autoridades e especialistas têm alertado para o crescimento preocupante de acidentes graves envolvendo bicicletas elétricas, e defendem a necessidade urgente de

regulamentação nacional para coibir abusos, adulterações e condutas inseguras.

Gilson Daniel explica que as bicicletas elétricas e os equipamentos de mobilidade individual se tornaram, nos últimos anos, um dos elementos mais dinâmicos da mobilidade urbana brasileira e a inexistência de uma lei federal resulta em fragmentação normativa: resoluções pontuais, legislações locais desconectadas e interpretações divergentes.


“A proposta representa um passo decisivo para a segurança viária, a modernização da mobilidade urbana e a proteção da vida; e a inexistência de uma lei federal tem como consequência a insegurança jurídica para todos os envolvidos — usuários, fabricantes, comerciantes, municípios, operadores de compartilhamento e o próprio poder público”, justificou.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Em 2025, avançou a iniciativa do deputado Gilson Daniel para enfrentar o “golpe do falso advogado”.



“O projeto representa um passo decisivo para a segurança viária, a modernização da mobilidade urbana e a proteção da vida”



“Cada cidade importa para nós. A Câmara reconheceu a necessidade de garantir que os municípios recebam o que é seu por direito. É uma vitória da justiça fiscal e do municipalismo”

GLAUSTIN ASSEGURA AVANÇO INÉDITO: MUNICÍPIOS TERÃO ITBI GARANTIDO SOBRE HIDRELÉTRICAS

Proposta mantém a tarifa de energia inalterada, sem nenhum custo adicional para a população

Em uma conquista histórica para a justiça fiscal, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei de autoria do deputado federal Glaustin da Fokus (GO). O Projeto de Lei 6234/2019 acrescenta à Lei de Registros Públicos a obrigatoriedade de recolhimento do ITBI quando bens e imóveis relativos de geração de energia hidrelétrica que eram da União passem a ser cedidos à iniciativa privada.

A medida, considerada um avanço na estrutura tributária, põe fim a uma antiga lacuna jurídica e garante que as cidades que abrigam os grandes empreendimentos do setor elétrico sejam devidamente ressarcidas, fortalecendo sua autonomia.

A proposta foi motivada pela situação de São Simão, cidade localizada na divisa de Goiás com Minas Gerais, que possui uma usina hidrelétrica cedida em leilão em 2017. Entretanto, por falta dessa previsão fiscal, o município ficou impossibilitado de recolher esse importante imposto. A expectativa é que com a atualização da norma jurídica, São Simão deve receber R\$ 140 milhões — valor estimado de arrecadação de ITBI que a cidade teria obtido em 2017, caso essa regra já estivesse em vigor.

Municípios impactados

A vitória na Câmara representa muito não só para São Simão, mas também para Selvíria e Três

Lagoas, no Mato Grosso do Sul, Rifaina, em São Paulo, e Indianópolis, em Minas Gerais. Cidades que passam pela mesma situação.

Para o deputado Glaustin da Fokus, a aprovação significa um avanço para o municipalismo e para a autonomia financeira das administrações locais. “Cada cidade importa para nós. A Câmara reconheceu a necessidade de garantir que os municípios recebam o que é seu por direito. É uma vitória da justiça fiscal e do municipalismo.”

O parlamentar reforçou ainda que a proposta mantém a tarifa de energia inalterada, sem nenhum custo adicional para a população.

Por sua vez, o prefeito de São Simão, Dr. Wallisson Freitas, que ajudou na elaboração do texto, explicou que, com a nova previsão legal, os municípios poderão ampliar investimentos em áreas essenciais. “Esses recursos farão diferença direta na saúde, na educação, na infraestrutura, na cultura e no esporte.”

Glaustin reafirma que seguirá firme no diálogo, agora no Senado, onde a matéria passará pelas comissões competentes antes de avançar para a votação final, garantindo sua aprovação definitiva.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Glaustin da Fokus quer garantir a essas mães o direito de contribuir e ser seguradas na Previdência, mesmo sem emprego formal.

RAFAEL FERA DEFENDE NOVO VALOR DE FATURAMENTO BRUTO ANUAL PARA EMPREENDEDORES

O deputado federal Rafael Fera (RO) protocolou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2025, a fim de alterar a Lei Complementar 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) para promover a correção monetária dos limites de faturamento anual do Microempreendedor Individual (MEI) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP).

O parlamentar explica que a proposta surge como uma resposta direta à crise econômica agravada pelos efeitos da pandemia de Covid-19, que resultou em altos índices de desemprego e dificuldades financeiras para o pequeno empresário.

“Trata-se de uma correção monetária fundamental para mitigar os impactos da crise econômica atual. Ao elevar os tetos de faturamento, possibilitamos que mais empresas permaneçam no regime simplificado do Simples Nacional e tenham acesso a linhas de crédito especiais, como as oferecidas pelo BNDES,” afirma

o autor da medida. “É crucial para injetar fôlego no empreendedorismo, proteger empregos e estimular a recuperação econômica do País.”

De acordo com texto protocolado, os novos limites de faturamento propostos para Microempreendedor Individual (MEI), que atualmente é de R\$ 81 mil anual passa para o limite máximo de receita bruta anual de R\$ 180 mil ao ano. E para empresas de Pequeno Porte (EPP), o novo patamar máximo de faturamento anual passa de R\$ 4,8 milhões para R\$ 6 milhões ao ano.


Rafael Fera lembra que a aprovação do PLP 257/2025 deve ser entendida como um passo estratégico para fortalecer a base da economia, garantindo que o crescimento das micro e pequenas empresas não as penalize com a mudança repentina para regimes tributários mais onerosos.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Rafael Fera defendeu a aprovação da PEC 169/19, que permite que professores acumulem um segundo cargo público de forma remunerada.



“É crucial para injetar fôlego no empreendedorismo, proteger empregos e estimular a recuperação econômica do País.”



“As concessionárias precisam assumir a responsabilidade de atuar na proteção da fauna e na prevenção de acidentes”

GANEM QUER RODOVIAS COM EQUIPES DE MÉDICOS-VETERINÁRIOS PARA ANIMAIS ATROPELADOS

O deputado federal Bruno Ganem (SP) protocolou, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei de grande impacto socioambiental. A proposta torna obrigatória a manutenção de equipes de resgate com médico-veterinário habilitado por todas as concessionárias de rodovias do país, garantindo atendimento emergencial a animais, silvestres e domésticos, vítimas de atropelamento. A iniciativa está prevista no Projeto de Lei 2639/2025.

A iniciativa surge diante de um cenário alarmante: estima-se que cerca de 475 milhões de animais sejam atropelados todos os anos nas estradas brasileiras, segundo dados do CBEE/UFLA. Além de representar uma grave ameaça à fauna e à biodiversidade, o problema também coloca em risco motoristas, passageiros e moradores das regiões próximas às rodovias, já que colisões com animais de médio e grande porte podem causar acidentes severos.

Conheça os principais pontos do Projeto de Lei:

- Todas as concessionárias de rodovias mantenham equipes de resgate próprias, disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana, com pelo menos um médico-veterinário habilitado;
- Cada equipe só poderá ser responsável por até 200 km de rodovia, garantindo resposta rápida e eficaz;
- As concessionárias deverão firmar convênios com clínicas, hospitais veterinários e entidades de proteção animal, assegurando a continuidade do tratamento, reabilitação e acolhimento dos animais resgatados;
- Serão obrigatórias a divulgação de canais de acionamento, sinalização adequada nos pontos críticos de

atropelamentos e medidas preventivas, como instalação de passagens de fauna, cercamentos e monitoramento reforçado;

- O projeto também prevê a produção de relatórios anuais com dados sobre atropelamentos, medidas adotadas e resultados obtidos, fortalecendo políticas públicas e ações de conservação;

- Em casos de impossibilidade financeira imediata, as concessionárias deverão incluir a implementação das equipes de resgate na primeira revisão quinquenal dos contratos, assegurando adaptação progressiva e sem prejuízo à prestação de serviços;

Para Bruno Ganem, a proposta representa um avanço ético, ambiental e humanitário: “O Brasil não pode mais ignorar a dimensão desse problema. Estamos falando de sofrimento animal, perda de biodiversidade e risco à vida humana. As concessionárias precisam assumir a responsabilidade de atuar na proteção da fauna e na prevenção de acidentes. Este projeto atende a um clamor crescente da sociedade e coloca o país em sintonia com boas práticas internacionais”.

O projeto reforça o compromisso do Podemos com a causa animal, a proteção ao meio ambiente e a construção de políticas públicas modernas, eficazes e alinhadas às demandas sociais.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Se você ama pets e usa transporte por app, fique de olho: está em debate na Câmara a possibilidade de levar seu animal de estimação sem tarifas extras. A iniciativa é do deputado Bruno Ganem.

RUY DEFENDE 1% DO ORÇAMENTO PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E PEDE VOTAÇÃO AO PRESIDENTE DA CÂMARA

O deputado federal Ruy Carneiro (PB), presidente da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, intensificou a articulação pela aprovação da PEC 383/2017, que visa garantir 1% do orçamento federal para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Durante audiência pública de sua autoria, o parlamentar anunciou que vai encaminhar um pedido de votação da matéria ao presidente da Câmara.

Segundo Ruy, a proposta corrige um desequilíbrio histórico no setor, que atualmente funciona sem um piso financeiro obrigatório, ao contrário do que já acontece com a saúde e a educação.

“A PEC corrige uma desigualdade histórica de investimentos no setor e dá segurança financeira ao SUAS. As conversas com o Ministro Wellington Dias avançaram e temos a sinalização de que o Governo Federal apoiará a destinação inicial de 0,8% da receita, com o objetivo de chegar rapidamente ao 1%,” revelou Ruy.

O deputado ainda afirmou que além do apoio do Executivo, também está realizando conversas com o presidente da Câmara, Hugo Motta, para destravar a matéria e levar o projeto para votação em plenário.

A presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), Penélope Andrade, afirmou que a iniciativa vai assegurar um orçamento digno para ofertar proteção social para a população mais necessitada.

“Desde 2017, a gente ocupa a Câmara dos Deputados, debatendo, dialogando, defendendo um orçamento público federal para a política de assistência

social. Hoje, através de abertura de diálogo do nosso presidente, deputado Ruy Carneiro, a PEC do SUAS, a PEC que destina 1% para a assistência social, se tornou pauta desta comissão. Representantes do Brasil inteiro estiveram aqui presentes pra falar da importância do Sistema Único de Assistência Social e da importância da imediata aprovação da PEC”, enfatizou a representante do Congemas.

Na oportunidade, Ruy ainda reforçou a luta pela inclusão de equipamentos sociais, a exemplo dos centros de referência CRAS, CREAS e Centros POP, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

“É necessário e urgente incluir a construção de equipamentos da assistência social nos eixos de investimentos do PAC, principalmente aqueles que atendem as pessoas em maior situação de vulnerabilidade. É injustificável ver obras em escolas, creches e unidades básicas de saúde sendo beneficiadas e por outro lado, serviços tão essenciais não serem contemplados,” concluiu.


A PEC 383, que tramita no Congresso desde 2017, está pronta para a análise em plenário, após ter sido aprovada na Comissão de Constituição e Justiça e também em comissão especial sobre o tema. A audiência também contou com a presença de parlamentares, gestores públicos e representantes do setor, à exemplo do presidente do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Edgilson Tavares.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Ruy Carneiro, presidente da Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, está lutando pela aprovação de 1% do orçamento federal para a assistência social.



“É necessário e urgente incluir a construção de equipamentos da assistência social nos eixos de investimentos do PAC, principalmente aqueles que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade”



“Essa é uma conquista histórica importante para quem trabalha todos os dias pela educação, com dedicação, com amor”

TIAGO DIMAS COMEMORA AVANÇO NA PROPOSTA QUE CRIA PISO PARA PROFISSIONAIS DE APOIO À EDUCAÇÃO

Aprovada na Comissão de Finanças da Câmara com voto e articulação favorável do deputado federal Tiago Dimas (TO) e depois na CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania), o Projeto de Lei 2531/2021, que institui o novo Piso Nacional dos Profissionais de Apoio Técnico e Administrativo da Educação Básica, está avançando a passos largos no Congresso Nacional.

O projeto beneficia merendeiras (os), motoristas, secretários (as), porteiros, auxiliares de serviços gerais e outros profissionais. Pelo texto atual da proposta, quando virar lei essas pessoas vão ganhar, no mínimo, 75% do piso nacional dos professores, ou seja, R\$ 3.650 por mês. Atualmente a média salarial de todas essas categorias é de R\$ 1.800.

O projeto beneficia 1,6 milhão de trabalhadoras e trabalhadores, dos quais 12,5 mil pessoas são do Tocantins. “Essa é uma conquista histórica importante para quem trabalha todos os dias pela educação, com dedicação, com amor. Todas essas pessoas são fundamentais para ajudar no aprendizado das nossas crianças e jovens, pois são eles que mantêm a estrutura que possibilita às professoras e professores trabalharem com tranquilidade”, enalteceu o parlamentar.

A proposta agora está em tramitação no Senado. Após a aprovação na casa, ela vai à sanção presidencial para ser transformada em lei.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Em 2025, nosso deputado Tiago Dimas apresentou uma proposta simples e eficaz para o descarte seguro de garrafas de vidro.

ARTIGO - ENFERMEIRA ANA PAULA | Deputada federal (CE)

DOS HOSPITAIS AO PODER, AUXILIARES E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM FAZEM HISTÓRIA

Comecei a trabalhar em hospitais cuidando de pacientes aos 18 anos, como auxiliar de enfermagem.

De lá até chegar aqui, eu me tornei técnica de enfermagem, enfermeira, gestora pública, presidente de conselho regional, vereadora e, atualmente, acumulo responsabilidades como diretora de conselho federal e deputada federal. É uma longa jornada, que procuro trilhar com responsabilidade e espírito público. Lembro que, nos tempos em que fui auxiliar e técnica, faltava tudo.

Desde os insumos básicos para trabalhar, nos faltava até qualquer tipo de representatividade.

Viver à própria sorte era a regra e a nossa categoria exercia a profissão completamente alijada dos espaços de decisão e poder, exposta a riscos, violência, invisibilidade e silenciamento por parte das chefias.

No Brasil, hoje temos mais de 3 milhões de profissionais de enfermagem, dos quais 2,1 milhões são técnicos e auxiliares.

Embora a realidade ainda seja muito difícil, hoje essa situação mudou. A profissão passou por um processo de integração nacional e, nos últimos 25 anos, experimentou avanços técnicos, sociais, econômicos e políticos sem precedentes, colocando-se em posição de destaque e referência para outros países do mundo.

Como parte desse processo de amadurecimento institucional, após um amplo consenso nacional, o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) fechou questão em torno do PL 4175/2023, para incluir técnicos e auxiliares em seu plenário, assim como já acontece nos Conselhos Regionais de Enfermagem (Coren).

É um salto de representatividade e tanto, que passa pelo Congresso Nacional, onde atuo em consonância com a Bancada da Enfermagem.

Sinal desses tempos, o Cofen designou uma sala em suas dependências em Brasília para a instalação da Comissão Nacional de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem (Conatenf), ampliando o diálogo e o debate com as principais lideranças do país sobre os direitos, deveres, prerrogativas e desafios do exercício profissional para auxiliares e técnicos de enfermagem.

Tudo o que vivi e conquistei até hoje, eu devo à enfermagem.

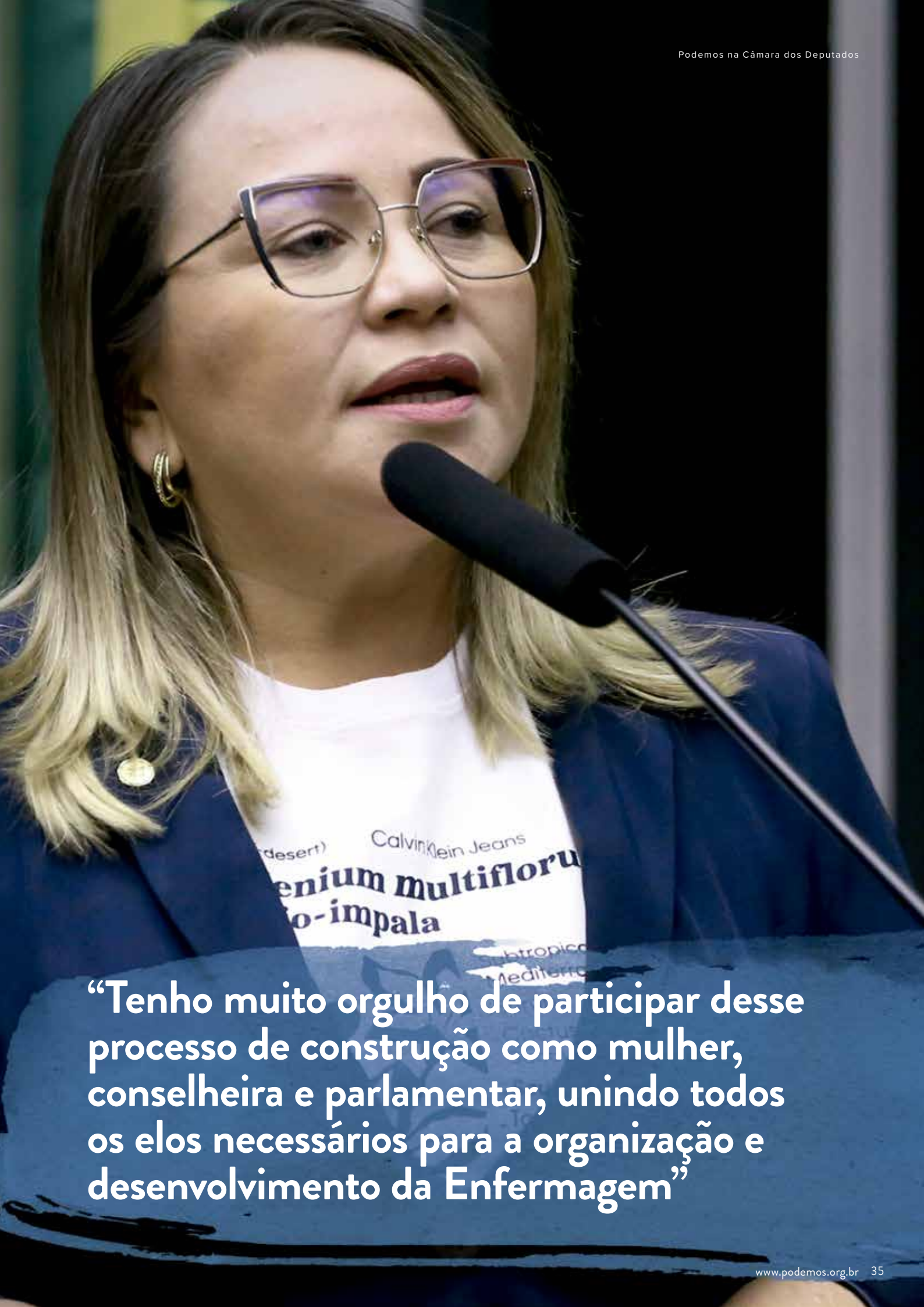
Assim, tenho muito orgulho de participar desse processo de construção como mulher, conselheira e parlamentar, unindo todos os elos necessários para a organização, o crescimento e o desenvolvimento da Enfermagem.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Em 2025, a Enfermeira Ana Paula lutou por avanços na valorização dos profissionais da saúde.



“Tenho muito orgulho de participar desse processo de construção como mulher, conselheira e parlamentar, unindo todos os elos necessários para a organização e desenvolvimento da Enfermagem”

JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (11) 91339-5577

 contato@podemos.org.br      @podemos20

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Alexandre Dumas, 1658 - 16º andar

Santo Amaro - São Paulo/SP

CEP: 04717-004

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos20

 **podemos**
CÂMARA